

Carta acelera sucessão

Debate deve ir às ruas no segundo semestre

TARCISIO HOLANDA
Repórter Especial

A sucessão presidencial ganhará os partidos e as ruas após a promulgação da nova Constituição, ainda que a definição das candidaturas mais importantes esteja condicionada ao desempenho de seus respectivos grupos nas eleições municipais previstas para o dia 15 de novembro deste ano.

O quadro começa a se esboçar, mas ainda estamos longe de conhecer seus contornos definitivos, exceção apenas para o PT e PDT, que têm como candidatos naturais Lula e Leonel Brizola. Ulysses Guimarães imagina que a fatal colocação do tema servirá de ponto de aglutinação capaz de garantir a sobrevivência do ameaçado PMDB.

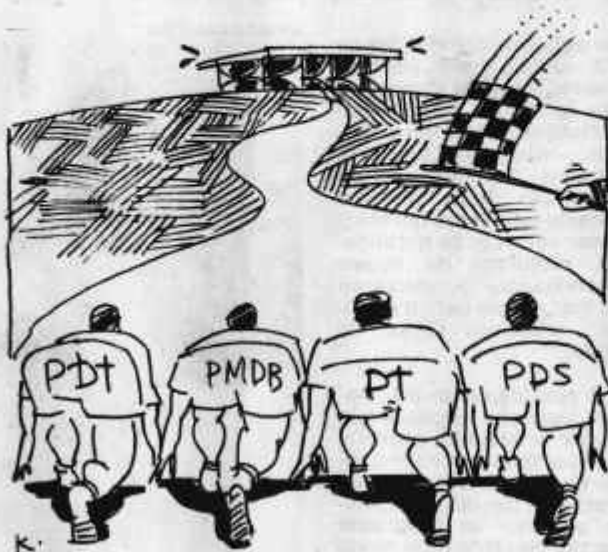
ESQUERDA E DIREITA

Os dois candidatos de contestação ao Governo e ao sistema político atual são Lula e Brizola, representantes de diferentes segmentos da esquerda brasileira. Provavelmente, outras correntes de esquerda poderão marchar para alternativa diferente daquelas, apoiando um candidato de centro-esquerda do PMDB.

O senador Mário Covas coloca-se certamente como uma das alternativas dentro e fora do PMDB. Nesta hipótese, ele seria candidato natural do partido social-democrata de centro-esquerda que a ala progressista do PMDB cogita de organizar.

A expectativa de restabelecimento da próxima eleição direta do presidente da República fortalece as aspirações do governador Orestes Quêrcia, que hoje tem o domínio completo da seção paulista e os poderosos instrumentos do Governo de São Paulo para influir em uma convenção convocada para escolher o candidato do partido.

Quêrcia, contudo, não se identifica com o grupo histórico do PMDB, que o hostiliza. Mas o abandono da legenda pelos senadores



Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso e José Richa e o ex-governador Franco Montoro facilita o trabalho de articulação do governador paulista dentro do partido.

Ulysses Guimarães ainda sonha em se reabilitar dos pesados desgastes que sofreu como uma espécie de condestável da Nova República, eminência parda do Governo desde a dramática posse de Sarney. Acredita o presidente do PMDB que a promulgação da nova Constituição será a bandeira com que poderá se recuperar perante a opinião nacional.

Porém, o PMDB perderá muito do seu charme se Covas e seus companheiros, em número relativamente expressivo — digamos de 40 a 60 parlamentares —, abandonarem o partido. Nessa hipótese, o PMDB se transformará em um partido de taíhe mais conservador, fortemente influenciado pelos governadores, com os quais Ulysses foi obrigado a se aliar.

Não é apenas o PMDB que sofre uma crise interna ameaçadora. O senador Marco Maciel deflagrou singular dissidência no PFL, singular para um político que representa uma espécie de ponto de equilíbrio entre as várias vertentes do partido, como

o seu presidente.

O senador pernambucano já anunciou a decisão de encabeçar chapa dissidente na Convenção Nacional que o PFL realizará após a promulgação da Constituição para renovar seu Diretório Nacional. O próprio Maciel admite que suas forças não ultrapassam mais do que 25 a 30 por cento dos votos convencionais.

Trata-se, portanto, de iniciativa destinada a marcar posição, como Marco Maciel o declara publicamente. Ele por enquanto tem resistido aos apelos que lhe foram formulados no sentido de abandonar a dissidência e permanecer na presidência do partido.

Aureliano Chaves, apontado como o candidato natural do PFL, promete fazer sua opção após a promulgação da nova Carta. O ministro das Minas e Energia admite a possibilidade de sua candidatura, mas ainda não assumiu qualquer compromisso com os seus correligionários.

Diante dessa indefinição na área liberal-conservadora, atribuí-se ao presidente Sarney, ao ministro Antônio Carlos Magalhães e ao governador José Aparecido de Oliveira a articulação da candidatura do prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, considerado a única liderança popu-

lar em condições de enfrentar a candidatura de Leonel Brizola.

O desamparo dessas forças, em matéria de candidatos, é tal que, em recente programa de televisão, o senador Roberto Campos disse que se torna imperativo ressuscitar Lázaro, no caso Jânio, para que o político paulista se transforme na alternativa para a sucessão presidencial das forças conservadoras.

Sarney tem manifestado a alguns dos políticos de sua intimidade que, diante da divisão irreversível do PMDB e do PFL e da absoluta carência de lideranças, Jânio, com seus inegáveis atributos histriônicos de verdadeiro ator em praça pública, é o único candidato capaz de enfrentar Leonel Brizola.

Essa análise é mais ou menos consensual no meio político. Por isso mesmo, muitos dos que lutam para que o PMDB sobreviva, empenhando-se em manter Mário Covas nos quadros do partido, argumentam que o senador paulista não ocuparia espaço autônomo no espectro político e ideológico se abandonasse o PMDB, sendo-lhe reservada a única alternativa de aderir a Leonel Brizola.

O ex-governador do Rio de Janeiro continua liderando todas as pesquisas de opinião, como beneficiário natural do fracasso do Plano Cruzado e de todas as mazelas geradas pela crise econômico-financeira, principalmente as de natureza social que proletarizam a classe média e levam os trabalhadores ao desespero e à fome.

Resta saber se o PMDB conservará a sua poderosa estrutura partidária, uma verdadeira máquina que se assemelha à da antiga Arena nos áureos tempos do autoritarismo. Os governadores têm poder para conservar essa máquina azelada, mas precisam de uma liderança com apelo popular para enfrentar uma disputa presidencial em meio a uma crise que não demonstra sinais de reversão, no próximo ano.



José Lins

Saúde pode ser acertada em encontro

O Centrão e a liderança do PMDB reúnem-se amanhã pela manhã para tentar, mais uma vez, um acordo sobre os capítulos da saúde e da seguridade, do Título da Ordem Social da nova Constituição, que será votado esta semana, até ontem, ainda permaneciam vários pontos de divergência entre os dois grupos, especialmente na questão da saúde, segundo informou o centrista José Lins (PFL-CE).

— Vamos conversar mais. Acho que poderemos chegar a um semiacordo — disse Lins, explicando que, mesmo que seja obtida a concordância em torno da maior parte do texto, haverá setores insatisfeitos que apresentarão emendas em plenário.

O maior item da discordância entre o Centrão e o PMDB no capítulo da saúde é no momento, a unicidade do sistema de saúde proposta pelo projeto da Comissão de Sistematização. Segundo Lins, esse texto impõe um sistema que abrange desde a federação até o município, impedindo os estados de se organizarem de forma diferente. Na opinião do centrão, o sistema único de saúde fere a autonomia dos estados e municípios.

O deputado explicou que já há certa concordância entre os negociadores quanto à desestatização do sistema de saúde. Segundo ele, todos aceitam a convicção do sistema público com o sistema privado.

Além disso, há outros pontos de divergência como a proibição proposta pela Sistematização da venda de qualquer substância humana, como o sangue e seus derivados. O Centrão questiona a colocação deste dispositivo na Constituição argumentando que é preciso encontrar fórmulas que não criem dificuldades para a comunidade.